

A EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA E AS TENDÊNCIAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES

Mateus Luiz Biancon 1

1UEMP /Departamento de Biologia, mlbbm@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Em uma primeira análise, verifica-se que a sexualidade humana figura como um dos temas mais inquietantes e, quase sempre, mais evitados no âmbito da comunidade escolar. Entretanto, a escola é a cada momento convocada a enfrentar as transformações sociais e o impacto dessas mudanças sobre os padrões de comportamento humano, no que tange à sexualidade.

Podemos dizer que educação sexual é *“um caminho para preparar o educando para viver a sexualidade de forma positiva, saudável e feliz e, sobretudo, para formá-lo como cidadão consciente, crítico e engajado nas transformações de todas as questões sociais, ligadas direta ou indiretamente à sexualidade”* (GOLDBERG, 1988, p.155). Outros autores, como Cunha (1988), Ribeiro (1990), Louro (1999), Melo (2001) e Figueiró (2001), dizem o mesmo e integram um grupo de pesquisadores interessados em fornecer orientações para uma abordagem política e crítica do tema, propondo uma melhor definição dos assuntos relacionados à Educação Sexual.

Outra referência indispensável é Maria José Werebe (1977), uma das principais autoras da área de Educação Sexual no Brasil, cujos textos muito ajudam a pensar sobre a sexualidade na escola. Palavras dela: *“Educação Sexual, tomada num sentido mais amplo, compreende todas as ações, diretas ou indiretas, deliberadas ou não, conscientes ou não, exercidas sobre um indivíduo ao longo do seu desenvolvimento, que lhe permitem situar-se em relação à sexualidade em geral e à sua vida sexual. (WEREBE, 1977, p.78)”*.

Para Egyto (2003, p.14), todos nós passamos por um processo de Educação Sexual, seja na família, mesmo naquela em que nunca se falou nada sobre o assunto, seja na igreja ou na escola, com os professores e toda a comunidade escolar. Para ele,

“a escola, via de regra, nega-se a discutir essa questão por incapacidade ou por dificuldade em lidar com o assunto.” Podemos considerar que essa negação leva muito mais para uma educação anti-sexual do que para a formação de uma sexualidade saudável.

Pode ser considerada educação anti-sexual aquela que agrega um conjunto de idéias e valores trazidos pelos educandos, vindos do meio onde eles vivem, o que inclui os amigos, a família e outras comunidades de convívio, como a igreja, que não se enquadram dentro do ideal do conhecimento de sexualidade humana. Isso impede que eles tenham oportunidade de conhecer todos os aspectos que envolvem a sexualidade, sejam biológicos, psicológicos e sociais, e faz com que se tornem pessoas preconceituosas, carregadas de tabus e resistentes a novas informações.

É para alterar esse panorama que muitos educadores, conscientes da importância do seu papel como agentes sociais no processo de aprendizado dos alunos, têm se envolvido cada vez mais com o tema.

Para Machado (1994, p.15), *o ideal seria que todos nós recebêssemos uma educação sexual livre de preconceitos, mais verdadeira, de modo que os nossos relacionamentos fossem mais abertos e comunicativos e que a vida adquirisse mais gosto e sentido.* Os professores podem realizar essa tarefa, pois, segundo Triviños (1987), é papel deles contribuir e realizar através da ação um processo de transformação da realidade na qual estão inseridos.

Essa possibilidade é reafirmada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (2000):

O professor transmite valores com relação à sexualidade no seu trabalho cotidiano, na forma de responder ou não às questões mais simples trazidas pelos alunos. É necessário que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema. O professor deve entrar em contato com questões teóricas, leituras e discussões sobre as temáticas específicas de sexualidade e suas diferentes abordagens; preparar-se para a intervenção prática junto aos alunos e ter acesso a um espaço grupal de supervisão dessa prática, o qual deve ocorrer de forma continuada e sistemática, constituindo, portanto, um espaço de reflexão sobre valores e preconceitos dos próprios educadores envolvidos no trabalho de Orientação Sexual (BRASIL, 2000, p.123).

Diante do exposto, decidimos investigar se os professores das escolas estaduais da rede pública da região central de Londrina-PR se sentem preparados e capacitados para atuar como educadores sexuais na escola. O enfoque da pesquisa está voltado para o professor, com a determinação de verificar as dificuldades encontradas por estes, os desafios pedagógicos quanto à temática da sexualidade, tanto oriundos da comunidade escolar, que é o meio externo, quanto dos aspectos pessoais, psicológicos, que é o seu mundo interno.

ASPECTOS EDUCACIONAIS DA SEXUALIDADE NA ESCOLA

Desde a Lei 5.692/71, a educação é proposta como um processo global que visa à formação integral do educando, devendo incluir, portanto, a Educação Sexual como parte de um processo intencional, mesmo que os valores sociais, éticos e políticos relacionados com a sexualidade estejam presentes nas relações interpessoais de forma não intencional.

Os recentes documentos oficiais que regulamentam a educação nacional, como a nova LDB/96 e os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, consideram a sexualidade humana como um tema de suma importância para a formação dos alunos como cidadãos.

Os PCN propiciam subsídios aos sistemas de ensino e aos professores para a elaboração do currículo escolar, visando à construção do projeto pedagógico em relação à cidadania do aluno. Assim, temas de grande demanda social foram inseridos nos PCNs para serem abordados transversalmente no currículo, como é o caso da sexualidade humana, sob o tema Orientação Sexual. Para Hernández (1998, p. 45), há uma *“crescente aproximação transdisciplinar no momento de organizar grupos e projetos de pesquisa entre os professores na escola”*. Dessa forma, os PCN (2001) têm o objetivo de se incorporar nas áreas já existentes e no trabalho educativo da escola, propondo uma educação comprometida com a cidadania, baseada nos princípios constitucionais que orientam o processo ensino-aprendizagem: Dignidade da pessoa

humana; Igualdade de direitos; Participação ativa para a cidadania; Co-responsabilidade pela vida social.

À luz desta discussão, a ética elabora uma reflexão sobre a liberdade de escolha. A sexualidade, portanto, discutida no sentido ético da convivência humana nas suas relações com várias dimensões sociais, propiciaria ao aluno, cidadão em formação, um melhor equilíbrio entre o mundo interior, com seus desejos e vontades, e o mundo exterior, nas diversas relações sociais que acompanham o indivíduo durante toda a vida. Podemos considerar que a sexualidade, por se tratar também de uma temática social, é um processo que resulta da vivência intensa do indivíduo inserido em um contexto sociocultural influenciado pela mídia, família, religião, escola, entre outros fatores. (BRASIL, 2001)

Os critérios adotados para que a sexualidade seja inserida entre os temas transversais são vários, e entre eles encontramos alguns que justificam a sua inserção: urgência social; abrangência nacional; possibilidade de ensino e aprendizagem na educação fundamental; favorecimento da compreensão da realidade e a participação social.

Já há algum tempo, a Educação Sexual chegou às escolas no Brasil, ainda que, de início, dentro de uma visão médico-biologista da sexualidade e normativa institucional, o que revela uma significativa resistência em considerar e acolher a Educação Sexual como parte da educação global do indivíduo. Segundo Ribeiro (2003), as primeiras experiências de Educação Sexual em escolas datam da década de 1960, principalmente na cidade de São Paulo (SP). Foram experiências que obtiveram êxito e estavam impulsionando o surgimento de outras iniciativas, quando surgiu a repressão militar, especialmente no período de 1968 a 1976.

Portanto, incluir Educação Sexual na escola é importante, pois a sexualidade é irreversivelmente constitutiva do humano, onipresente e nem sempre onisciente, e, no entanto, ela vai permear as ações cotidianas de professores e alunos.

A sexualidade humana deve ser compreendida pelos alunos nas suas dimensões biológica, psicológica, cultural e social, e é preciso preocupar-se com a forma (aspectos cognitivos) como essas dimensões são apreendidas significativamente

pelos alunos. Podemos considerar que os conhecimentos sobre a sexualidade “*são construídos por indivíduos que se engajam socialmente em conversas e atividades sobre tarefas ou problemas em comum*” (DRIVER, 2004, p. 5). Assim sendo, os alunos constróem suas próprias concepções sobre a sexualidade humana com base não somente na educação que receberam dos pais, da família e do grupo social e da mídia, mas sim apreciam o conhecimento e a compreensão científica da sexualidade, podendo tirar suas próprias conclusões. Tirar conclusões é “*um processo dialógico (relativo ao diálogo) entre as pessoas presentes na conversa, e aprender é visto como a maneira pela qual indivíduos são introduzidos à cultura pelos membros mais capacitados.*” (DRIVER, 2004, p. 5).

Acreditamos que a Educação Sexual, ao lado de outros temas propostos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, ajude na formação da cidadania, que é uma das principais preocupações da escola. As intervenções pedagógicas da Educação Sexual na escola podem favorecer a reflexão sobre a própria sexualidade, desenvolvendo os temas polêmicos e favorecendo ampla liberdade de expressão em ambiente agasalhador, vindo promover bem-estar sexual e aperfeiçoando a cidadania.

Quem pretende se envolver com um projeto de Educação Sexual deve estar prevenido de que a dimensão da formação nesse trabalho é:

[...] complexa e multi-referencial, pois há que se envolver com a história e com as implicações socioculturais e políticas da sexualidade, com as questões de gênero na construção do masculino e feminino, com a compreensão do desenvolvimento da criança, do adolescente e do adulto, enquanto construção da base dos afetos e da rede dos relacionamentos e, por fim, compreender as muitas possibilidades de interligação entre sexualidade, prazer e aprendizagem (SILVA, 2002, p. 01).

Num trabalho de Educação Sexual na escola, deve haver um envolvimento de toda a comunidade escolar, possibilitando espaço para que ocorra uma atividade interdisciplinar de planejamento em conjunto. Na verdade, o que se poderia exigir é um acompanhamento e um envolvimento de toda a comunidade escolar. Deve haver

também um acompanhamento das políticas públicas envolvidas e seria melhor ainda se conseguíssemos uma expansão do programa para além da sala de aula.

Sabemos que as escolas possuem clientela muito diversificadas. Isso aumenta a responsabilidade do professor, que precisa dar conta desta heterogeneidade dentro da sala de aula. Um dos problemas para o desenvolvimento de um projeto de Educação Sexual na escola, e que sempre gera discussão, é a falta de consenso sobre as formas de atuação em virtude da complexidade do assunto e por falta de capacitação e preparo de pessoal.

É certo que a sexualidade humana ainda se encontra para os alunos e para alguns professores numa perspectiva em que as idéias estão soldadas apenas por meio do senso comum. E esse senso comum, utilizado para explicar fenômenos, representa o conhecimento do mundo retratado dentro de uma cultura cotidiana. Difere do conhecimento da comunidade científica em vários pontos. Obviamente, conhecimento popular e ciência diferem nas entidades ontológicas que contêm; as entidades tidas como verdadeiras na vida cotidiana diferem daquelas da comunidade científica.

A forte influência dos meios de comunicação social interfere, de maneira geral, na ação educativa realizada pela escola. Na maioria dos casos, esses meios fornecem uma Educação “anti-sexual” aos alunos, que chegam às escolas com uma visão de várias formas deturpada em relação ao assunto da sexualidade (BARROSO, 1982, p.42).

Apesar de o raciocínio cotidiano ser caracterizado pelo pragmatismo, a sexualidade gera muitos distintos pensamentos pessoais, pois cada indivíduo traz a sua bagagem de experiências, que o diferencia dos outros indivíduos.

Mesmo assim, muitos professores acreditam que existem dificuldades muito grandes em lidar com isso. Segundo eles, vários fatores contribuem para que não ocorra um trabalho de Educação Sexual nas escolas; fatores com origem na própria escola e também externos, e outros em relação a aspectos pessoais do próprio professor e da comunidade escolar.

Ainda assim, a Educação Sexual vem sendo reconhecida, pela maioria dos professores, como necessária no processo formativo dos alunos. O incentivo à participação dos alunos em discussões sobre temas da sexualidade em sala de aula e os trabalhos em grupos envolvem dimensões importantes na formação geral dos estudantes, tais como o aprendizado de uma convivência cooperativa com os colegas, o respeito às diferentes formas de pensar, o cuidado na avaliação de uma afirmação, a autoconfiança para a defesa de um ponto de vista e o respeito ao próximo.

APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA REALIZADA JUNTO AOS DOCENTES

Inicialmente, realizamos uma investigação que contava com a participação de professores de várias áreas do Ensino Fundamental, entre as quais Ciências, Português, Matemática, História, Geografia, Língua Estrangeira, Artes e Educação Física. O objetivo inicial era elaborar e desenvolver, juntamente com os professores, um projeto sobre sexualidade na escola, para identificarmos os possíveis impedimentos na sua implantação e implementação, de tal modo que os obstáculos detectados pudessem ser convertidos em elementos para nossa investigação. No entanto, como já relatamos, o projeto não foi elaborado, nem tampouco desenvolvido, já que os dados coletados apontaram no sentido de nos aprofundarmos sobre a natureza dos obstáculos enfrentados pelos professores no desenvolvimento da temática da sexualidade em sala de aula e verificarmos a amplitude da dimensão exclusivamente biológica na abordagem da sexualidade pelos professores nas aulas de Ciências. Assim, os resultados da investigação inicial nortearam os desdobramentos do presente estudo.

Apresentamos a seguir algumas das falas colhidas nas reuniões de trabalho e nas entrevistas individuais com professores das várias disciplinas, e aquelas obtidas nas entrevistas com os professores de Ciências. As falas são entrecortadas com a análise, na qual buscamos elementos para a discussão dos resultados.

Tomando a sexualidade como um tema transversal de grande demanda social, que de uma forma ou de outra está difundida e disseminada por toda a sociedade, os encontros de trabalho e entrevistas direcionaram os professores para a seguinte questão: *“Cabe ao professor implementar reflexões sobre a sexualidade dentro da sala de aula ou a temática da sexualidade não é responsabilidade do professor, e sim de outro profissional especializado?”* Esta foi uma das discussões iniciais nas entrevistas, que serviu de elemento para avaliarmos a relação entre a importância da temática da sexualidade na escola e a responsabilidade do professor.

A seguir, um trecho da fala da professora V, de Ciências:

Eu acho que somente o professor conhece a realidade da sala de aula é então do professor a responsabilidade de trabalhar educação sexual na escola. Não adianta vir uma pessoa especializada, um psicólogo, um médico ou um profissional de uma instituição universitária dizer: “É assim que se trabalha sexualidade!” Para você ter uma idéia, uma vez eu disse a uma psicóloga que passei uma certa dinâmica aos alunos, e ela me respondeu que não passaria essa dinâmica aos alunos. Bom, aí eu respondi a ela: “Você não faria essa dinâmica porque você não conhece a realidade dos alunos e eu conheço, eu vejo, eu convivo. É diferente você na clínica. Você tá na clínica, no seu consultório (eu também não faria uma análise de um problema, porque eu não sou psicóloga clínica). Eu conheço o meu canto. Faz isso aqui e você vai ver o quanto vai dar certo, e o quanto eles vão te enriquecer e se enriquecer.

A professora acima define a sua posição diante da responsabilidade pela Educação Sexual formal do seu aluno. Ela reforça que não admite a interferência de um profissional de outra área para direcionar sua maneira de desenvolver a temática. Podemos considerar que a professora defende sua autonomia em selecionar os conteúdos, objetivos e procedimentos didáticos, o que garante e legitima a sua prática educativa frente ao tema da sexualidade.

Entre outros autores, Lorencini Jr. (1997, p. 94) argumenta que os professores devem ter a responsabilidade e a importante habilidade de:

[...] dar oportunidade aos alunos de participar das atividades, problematizando os diferentes pontos de vista que eventualmente surjam durante as discussões, e, sobretudo, possibilitar que a sala de aula seja um ambiente de descontração onde os alunos se sintam à vontade para expressar opiniões com sinceridade e honestidade; em suma, um ambiente possível para a busca constante e renovada dos sentidos da sexualidade.

De acordo com os PCNs, os professores são responsáveis pela Educação Sexual formal dos seus alunos, independente da disciplina ministrada. Portanto, podemos considerar que a fala da professora está afinada com os PCNs, os quais atribuem aos professores a responsabilidade de desenvolver a temática da sexualidade na sala de aula, contribuindo para a formação sexual dos seus alunos.

Outra professora acrescenta: *Um bom trabalho de educação sexual deve ser feito com todos os professores participando, porque sozinho não dá (...) todos os professores podem contribuir de alguma maneira. (PROFESSORA F)*

Nesse sentido, as diferentes áreas do conhecimento do Ensino Fundamental devem acolher os assuntos dos Temas Transversais, de forma que esses assuntos interajam e integrem os conteúdos escolares das diferentes disciplinas. Consideramos que deve ocorrer uma interação entre os conteúdos das disciplinas e os temas de grande demanda social numa abordagem transversal, como é a sexualidade. Para Figueiró (2001, p. 48), *“Temas Transversais dizem respeito a conteúdos de caráter social que devem ser incluídos no currículo, de forma ‘transversal’, ou seja, não como uma área específica de conteúdo, mas ministrados no interior das várias áreas do conhecimento, perpassando cada uma delas.”*

Assim, a Educação Sexual, como outras temáticas, compõe os Temas Transversais que, para Figueiró (2001), podem ser ensinados pelos professores das várias áreas do conhecimento. Para a mesma autora, a Educação Sexual *“deve ser incluída da 1ª a 8ª série, de duas formas: dentro da programação e como extra-programação (FIGUEIRÓ, 2001, p.48-49).*

Dentro da programação: quando o conteúdo da sexualidade proposto para cada série é organizado, planejado e dividido entre os professores,

para determinar quem vai ensinar o quê. Pode ser que, numa série, sejam os professores de Português, História e Ciências que se consideram capazes e querem ensinar sobre sexualidade, e assim ensinarão o conteúdo de sexualidade dentro de suas próprias aulas. Em outra série, pode ser a professora de Matemática e a de Educação Física, por exemplo. Quando a professora é a única da sala, como acontece nas séries iniciais, deve organizar-se para ensinar os conteúdos estipulados dentro de algumas áreas do conhecimento, nas quais houver condições de inserir.

Como extra-programação: é quando todo e qualquer professor, sem ter planejado, aproveita uma situação, um fato que acontece espontaneamente, para, a partir daí, ensinar sobre sexualidade, ou passar uma mensagem positiva sobre a mesma, para educar sexualmente (FIGUEIRÓ, 2001, p.48-49).

Na nossa amostra, encontramos profissionais que defendem a necessidade do trabalho de outros profissionais especializados nos assuntos da sexualidade na escola, e outros que acham que essa atribuição deve ser do professor – especificamente, o professor de Ciências.

Esse assunto nem tem como entrar na sala de aula para eu dar junto com a Geografia, assim, digo que nem tem como, né, dizer que vai trabalhar “transversalidade”. E outra, eu não estudei para isso, isso não é minha área. (PROFESSORA A).

Para a professora C, a responsabilidade de tratar da temática da sexualidade é do professor de Ciências. Há uma tendência de admitir que o professor de Ciências é o mais capacitado para isso, devido à ilusão de que os professores de Ciências conhecem mais e melhor o assunto. Dentro dessa perspectiva, consideramos que os professores admitem que a abordagem estritamente biológica é a ideal para tratar da sexualidade, como se vê na declaração abaixo:

Acho que o professor de Ciências, né, é o melhor para trabalhar com atividades de educação sexual, pois são mais preparados. (PROFESSORA F)

Outra professora que busca associar o professor de Ciências com o alicerce da prática de um bom trabalho de Educação Sexual na escola, por considerar que os professores de Ciências são mais preparados, é a professora G, de Português:

*Eu somente aceito trabalhar com Educação Sexual juntos dos professores, **ai tem a atuação da professora de Ciências com a sua disciplina** (grifo nosso), e daí*

nós vamos trabalhar em conjunto. Agora, isoladamente, eu procuro levar meio que em banho-maria, para não puxar para mim... Agora, se a gente for trabalhar mesmo, daí é ótimo, daí vamos trabalhar assim, todos juntos (PROFESSORA G).

Podemos constatar que a professora G considera importante que a Educação Sexual ocorra em grupo, com a participação de todos os professores, salientando a “atuação da professora de Ciências com a sua disciplina”. Para ela, o desenvolvimento da atividade de Educação Sexual deve de qualquer forma ter o apoio e ser apoiada pelo alicerce do grupo, papel que ela atribui ao professor de Ciências.

O depoimento a seguir é de uma professora de Ciências (R), para a qual a Educação Sexual deve mesmo ser ministrada apenas pelos professores de Ciências:

Eu não concordo com os PCNs, de todos os professores trabalharem sexualidade. O ano passado nós tivemos uma reunião, por um lado atendeu a nossa curiosidade, para tratar o assunto, algum fato específico que ocorra dentro da sala pra esclarecer o aluno naquele momento é válido professores de outras áreas trabalharem, mas assim, como uma aula específica mesmo, deveria ser dado pro uma professora mesmo da área ou por médicos, ou assim, alguém que conhecesse os termos corretos, porque quando eles querem tirar as dúvidas, também ocorre assim muitos termos que pra explicar no geral, eles são assim, meio chocante pra alguns. E se você fala cientificamente, ou mostrando, porque o professor de Ciências tem todo um envolvimento pra essa aula. Essa aula na verdade deve ser dada em etapas, ela deve se limitar ao sociológico, ao psicológico, ao desenvolvimento daquela faixa etária dos alunos. Então, às vezes a pessoa que não está preparada para isso, ela pode avançar na explicação, e aqueles que não estão nessa altura podem ficar meio confusos. Então tem, às vezes, a criança vem me fazer perguntas, assim, uma coisa meio distorcida da realidade, inclusive, no aspecto anatômico e fisiológico.

Notamos, na fala da professora R, uma dificuldade em aceitar as recomendações dos PCNs para inserir a sexualidade de modo transversal no currículo escolar. Do mesmo modo que outros professores da nossa amostra, essa professora considera que a disciplina de Ciências é o “espaço ideal” para as discussões e que somente os professores da área estão preparados para desenvolver o tema. Para essa

professora, a sexualidade tem um enfoque biológico que deve ser ensinado e apenas o professor formado em Ciências Biológicas tem capacidade para desenvolver uma aula sobre sexualidade. Para ela, por mais que o tema apareça com finalidades não-biológicas, a explicação final precisaria necessariamente de um conceito biológico, que, portanto, um professor da área de humanas e exatas não poderia oferecer aos alunos. Na verdade, é a mesma opinião da professora C, de Matemática, que se considera incapaz de ajudar na construção da sexualidade dos alunos, já que a sua função na escola é “ensinar Matemática!”.

Como já dissemos, os PCNs apontam a sexualidade como um tema de grande demanda social que deve ser inserido transversalmente no currículo escolar. A esse respeito, verificamos entre os professores três tendências distintas: alguns consideram que o assunto sexualidade deve ser abordado exclusivamente pelos professores de Ciências, com enfoque estritamente biológico; outros admitem que a temática é interdisciplinar e o desenvolvimento dos conteúdos é responsabilidade dos professores de diferentes disciplinas; e existem ainda os que acham que a sexualidade deve ser abordada em sala de aula por profissionais de outras áreas, como psicólogos ou médicos.

Ao longo de nossas investigações, identificamos as dificuldades dos professores para abordar os conteúdos da sexualidade e quais as possíveis implicações desses impedimentos na sua prática educativa. A seguir, analisaremos as diferentes falas dos professores no sentido de verificar a natureza dessas dificuldades, a qual ordem pertence esses impedimentos e quais as suas possíveis conseqüências sobre as tendências na prática pedagógica. Para tanto, categorizamos as falas em unidades de análise, entrecortadas com nossos comentários, procurando encontrar elementos para a discussão dos resultados.

Podemos considerar que a maioria dos professores investigados não possui conhecimentos suficientes para estimular reflexões dos alunos sobre a sexualidade humana. Esse resultado parece estar relacionado com o fato de que os cursos de formação inicial de professores não preenchem satisfatoriamente uma lacuna profissional importante para o licenciado, que seria capacitá-lo em Educação Sexual, e

tampouco integram diferentes áreas do saber – como Psicologia, Biologia, Sociologia, Filosofia, Antropologia e Pedagogia – para buscar encaminhamentos que serviriam de modelos didáticos que os alunos, futuros professores, poderiam desenvolver em suas aulas.

Para Mello (2005, p. 57):

Ninguém facilita o desenvolvimento daquilo que não teve oportunidade de aprimorar em si mesmo. Ninguém promove a aprendizagem daquilo que não domina, a constituição de significados que não compreende e nem a autonomia que não pôde construir.

Um dos reflexos disso é que muitos professores não desenvolvem suas aulas relacionando-as com os temas transversais, como é o caso da sexualidade, por não se sentirem preparados para tal empreendimento.

A falta de capacitação para a Educação Sexual, nos cursos de formação inicial, de acordo com os professores da nossa amostra, parece ser um elemento que interfere e impede o envolvimento em atividades sobre sexualidade. Resta também saber se a Educação Sexual como disciplina na graduação contribuiria para a formação de conceitos culturais da sexualidade, como conhecimento para os professores utilizarem na conversão em atividades significativas que promovessem reflexões sobre a sexualidade humana, melhorando, assim, a qualidade da formação e aperfeiçoando a cidadania dos alunos.

Silva (2002a) demonstra nas suas pesquisas que os professores estão dispostos a ultrapassar seus limites, suas dificuldades e a falta de preparo para se capacitarem em Educação Sexual. Mello (2005) comenta que um dos caminhos para implementar mudanças na prática educativa é formar um "profissional reflexivo", capaz de refletir sobre sua própria ação, cuja atuação seja ao mesmo tempo inteligente e flexível. Nesse viés, o professor estaria capacitado para refletir sobre as situações emergentes, sobre a sexualidade em sala de aula.

Ainda falando das dificuldades apontadas pelos professores, vários admitiram sua incapacidade em dialogar com os alunos sobre o tema da sexualidade, por causa da linguagem coloquial e às vezes vulgar que os alunos usam.

CONCLUSÃO

A proposta deste trabalho foi investigar a prática dos professores em sala de aula, no ensino da Educação Sexual, e refletir sobre as dificuldades que esses professores encontram para tratar da sexualidade como tema transversal nos currículos escolares. Foram identificadas várias possíveis tendências pedagógicas dos professores ao abordar o tema da sexualidade em sala de aula.

Nesse aspecto, podemos considerar que os 22 professores da amostra admitem que a sexualidade é um tema transversal de grande demanda social; entretanto, 25% deles sugerem a inserção de profissionais especializados (psicólogos, médicos, terapeutas sexuais) nas práticas escolares a respeito desse tema; 40% preferem que a sexualidade humana seja tratada pelos professores da disciplina de Ciências; e 35% concordam que a transversalidade do tema implica em responsabilizar todos os professores, das diferentes áreas, pela abordagem da Educação Sexual, e não apenas os professores de Ciências.

Mesmo os professores de Ciências (quatro dos sete entrevistados) encaram a Educação Sexual sob um enfoque estritamente biológico, adotando uma perspectiva predominantemente fisiológica ao abordar a sexualidade. Restringem, dessa forma, a sexualidade à biologia da reprodução humana. Tal abordagem explica por que os assuntos mais trabalhados em sala de aula são os órgãos reprodutores e os hormônios sexuais e justifica a posição dos que defendem que Educação Sexual seja dada apenas por professores de Ciências.

A idéia de que a biologia é o aspecto central da sexualidade também está disseminada entre os professores de outras áreas do conhecimento (Matemática, Português, História, Geografia, Artes, Educação Física etc.), que preferem direcionar o assunto para o professor de Ciências. Justificam, assim, a ausência do tema do currículo com que trabalham. Na nossa ótica, isso se dá devido à falta de compreensão, por parte desses professores, da complexa rede que estabelece associações entre diversas áreas (biologia, psicologia e o social) na formação da sexualidade humana. Assim, justificam a ausência de um trabalho interdisciplinar no campo da Educação

Sexual. Notamos que a ênfase biológica é uma tendência na prática pedagógica dos professores das áreas de humanas e exatas do Ensino Fundamental, como também em professores de Ciências. No entanto, sabemos que, em se tratando de educar para a sexualidade, ensinar o funcionamento do aparelho reprodutor é necessário, mas não suficiente; como já dissemos, a sexualidade humana tem, entre outras, três relevantes dimensões: a biológica, a psicológica e a social.

Os professores apontam dificuldades de toda natureza para justificar a inexistência de um trabalho educacional adequado a respeito da sexualidade humana no contexto escolar. Tal fato, infelizmente, impede que o aluno receba subsídios para construir sua própria consciência sexual com base no senso crítico.

Essa análise qualitativa indica a maneira superficial que temos tratado as questões da Educação Sexual na escola. Destacamos que as falas dos professores apresentam conflitos internos que não foram analisados neste trabalho. De maneira ainda tímida, as memórias destacam o papel da mediação do professor e da interação entre estes para a construção de uma “sexualidade educada” na formação dos alunos como futuros cidadãos críticos e conscientes.

Uma reflexão sobre “habilidades e competências” (c.f. PCNs) dos professores diante de tal fato se faz necessária: será que os professores da educação básica estão preparados para tratar dos temas transversais, como a Educação Sexual? Como podemos confiar o ensino de Educação Sexual para os nossos jovens, nossos futuros cidadãos, a pessoas que expressam preconceitos e tabus oriundos de uma educação conservadora?

Para a realização de um trabalho efetivo de Educação Sexual, faz-se necessária uma ampla discussão em torno da sexualidade de um modo geral, objetivando eliminar preconceitos arraigados na mentalidade de nossos educadores; a imparcialidade e a neutralidade (c.f. Lacey, 2002) devem estar presentes na prática docente, caracterizando a abordagem da temática sexual na educação básica.

Em se tratando de um tema como a sexualidade humana, as diferenças de visão entre os educandos de uma sala de aula são ilimitadas. Isso determina que, em

vários outros aspectos, a heterogeneidade entre os alunos em sala de aula espelha a pluralidade cultural existente dentro de uma geração.

Até mesmo entre os professores entrevistados em nossa pesquisa, encontramos diferenças na expressão da sua sexualidade. Em alguns assuntos, as diferenças de opiniões e concepções eram evidentes.

Muitos professores não estão preparados para oferecer a seus alunos uma Educação Sexual plena, livre de tabus e de valores. Alguns dizem que devem esclarecer os seus alunos sobre certos temas, mas não permitem que eles procurem uma compreensão clara para que, de forma autônoma, construam suas opiniões. Isso fica claro quando a professora D opina sobre o “ideal” de relacionamento para seus alunos:

A grande maioria dos professores justifica o seu despreparo para discutir a temática da sexualidade humana em sala de aula com o argumento de que não foram capacitados durante a formação Inicial nos seus respectivos cursos de graduação.

O desafio para a formação sexual dos educandos deve inspirar os professores a estabelecer estratégias de intercâmbio com outros profissionais, aproveitar outras experiências que os ajudem a ter compreensão do processo no qual estão imersos. Se os professores incentivarem uns aos outros, através da troca de experiências, isso diminuirá a resistência de alguns em desenvolver a temática da sexualidade, mesmo diante do risco de conflitos com os pais dos alunos.

Esperamos que este estudo auxilie na reflexão sobre a formação dos professores de Ciências do Ensino Fundamental como Educadores Sexuais, a questão da biologização da sexualidade, a opinião dos professores diante da sexualidade como um tema transversal proposto a todos os educadores, a questão das resistências de todos os figurantes diante das atividades escolares, os conhecimentos científicos em relação à temática da sexualidade humana, e por fim, como envolver toda a comunidade escolar na participação de um projeto sobre sexualidade.

Que estas reflexões oportunizem aos acadêmicos (professores) em formação inicial uma cultura profissional que possa melhorar sua prática educativa, e aos professores que desenvolvam cursos, atualizando-se nos estudos em formação

continuada. Que os nossos professores guardem uma formação reflexiva sobre a sexualidade humana, para que possam obter competências e habilidades no desenvolvimento da Educação Sexual na escola, posicionando-se para ajudar e aprender.

Deve-se ressaltar que uma prática reflexiva e coletiva dos professores é essencial para o desenvolvimento da Educação Sexual na escola. Não que isso se consiga rapidamente, pois sabemos que a realidade é complexa. Mas deve haver entre os professores das diversas áreas do conhecimento, uma interação para a construção de um bom trabalho de Educação Sexual.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Carmem; BRUSCHINI, Cristina. **Educação sexual: debate aberto**. São Paulo: Vozes, 1982.

_____. **Sexo e juventude: como discutir sexualidade em casa e na escola**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1985.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. v. 10.

CUNHA, Maria Carneiro da. **Comportamento sexual: a revolução que ficou no caminho**. São Paulo: Nobel, 1998.

DEL CLARO, Renata. Educação sexual nas escolas: uma discussão abrangente. **Educação & Família**, São Paulo, ano 1, n. 2, p. 18-24, 1999.

DRIVER, Rosalind et al. **Construindo conhecimento científico na sala de aula**. Disponível em: < <http://sbqensino.foco.fae.ufmg.br/uploads/541/aluno.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2004.

EGYTO, Antônio Carlos (Org.). **Orientação sexual na escola: um projeto apaixonante**. São Paulo: Cortez, 2003.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual no Brasil: Estado da Arte de 1980 a 1993.** 1995. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Educação sexual: problemas de conceituação e terminologias básicas adotadas na produção acadêmico-científica brasileira. **Semina: Ci. Soc. Hum.**, Londrina, v. 17, n. 3, p. 286-293, set. 1996.

_____. **Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio.** 2. ed. Londrina: EDUEL, 2001.

GOLDBERG, Maria Amélia Azevedo. **Educação sexual: uma proposta, um desafio.** 4.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

GUIMARÃES, Isaura Rocha Figueiredo. **Educação sexual na escola: mito e realidade.** Campinas: Mercado de Letras, 1995.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho.** Trad. Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artmed, 1998.

LORENCINI JUNIOR, Álvaro. Os sentidos da sexualidade: natureza, cultura e educação. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Summus, 1997.

MACHADO, Júlio Cesar F. **Educação sexual: sexo com liberdade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MELLO, Guiomar Namó de. **Ninguém facilita o desenvolvimento daquilo que não teve oportunidade de aprimorar em si mesmo.** Disponível em: www.crmariocovas.sp.gov.br/prf. Acesso em 29 de janeiro de 2005.

MELO, Sonia Maria Martins de. Contribuciones de un Centro de Ciências de la Educación al tema de la Educación Sexual: algunas reflexiones que hacen necesarias. **Revista Salud Sexual**, México, v. 2, n. 2, p. 23-28, abr./jun. 1999.

SAYÃO, Rosely. Saber o sexo? Os problemas da informação sexual e o papel da escola. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Summus, 1997.

_____. **Sexualidade, política e educação.** Campinas: Autores Associados, 1998.

- SILVA, Regina Célia Pinheiro da. **Pesquisas sobre formação de professores/educadores para abordagem da educação sexual na escola.** 2004. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2004.
- SILVA, Ricardo de Castro e. **Orientação sexual:** possibilidade de mudança na escola. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002. (Coleção Dimensões da Sexualidade).
- SOUZA, Maria Cecilia Cortez Christiano. Sexo é coisa natural? A contribuição da psicanálise para o debate sexualidade escola. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Sexualidade na escola:** alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.
- SUPLICY, Marta. **Conversando sobre sexo.** São Paulo: M. Suplicy, 1983.
- _____. Educação e orientação sexual. In: RIBEIRO, Marcos (Org.). **Educação sexual:** novas idéias, novas conquistas. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1993.
- _____. **Sexo para adolescentes:** orientação para educadores. São Paulo: FTD, 1998.
- WEREBE, Maria José Garcia. **A educação sexual na escola.** Lisboa: Moraes Editores, 1977.